

UMA INVESTIGAÇÃO FUNCIONALISTA DA MODALIDADE EPISTÊMICA

Marize Mattos Dall’Aglia Hattner¹
Sandra Denise Gasparini Bastos²
Sebastião Carlos Leite Gonçalves¹
Vânia Cristina Casseb Galvão³

I – Modalidade epistêmica e evidencialidade

1. As conceituações de modalidade em alguns modelos funcionalistas

A despeito das inúmeras possibilidades de descrição das modalidades, segundo se privilegia um de seus muitos aspectos formais, é forçoso admitir seu papel de veiculadoras das atitudes do falante com relação ao que é dito. O caráter de "instrumento de interação" das modalidades pede uma abordagem que considere a língua em uso e, no entanto, não são muitos os trabalhos que assumem um enfoque funcionalista em sua análise.

A partir da análise dos trabalhos de Halliday (1970, 1985), Dik (1989) e Hengeveld (1989), procuraremos mostrar que a consideração de que a sentença é organizada simultaneamente como mensagem e como evento de interação e a consideração de uma estrutura frasal em camadas permitem que se examine, no enunciado efetivo, diferentes instâncias da modalização.

1.1. A diversidade funcional da linguagem e as modalidades segundo Halliday

Halliday (1970) analisou as modalidades e o modo em inglês buscando esclarecer como a diversidade funcional da linguagem está refletida em seu sistema. Identificando três funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual), Halliday estabelece uma primeira divisão dentro do sistema das modalidades. Partindo da análise dos diferentes significados de "must", o autor ressalta as diferenças funcionais de enunciados como:

- (1) You must be very careless. (Você deve ser muito descuidado.)
- (2) You must be very careful. (Você deve ser muito cuidadoso.)

Em (1), o que se observa é uma avaliação do falante sobre a probabilidade ou o grau de evidência do que ele está dizendo, ou seja, uma expressão da **modalidade**, definida como uma forma de participação do falante no evento de fala. Como afirma Halliday (1970, p.335), modalidade deriva, então, "da função interpessoal da linguagem, a linguagem como expressão de um papel".

¹ Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP (marize@lev.ibilce.unesp.br e scarlos@lev.ibilce.unesp.br)

² Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP (sandradg@lem.ibilce.unesp.br)

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP (vcasseb@uol.com.br)

Por outro lado, o exemplo (2) não está associado à afirmação do falante sobre probabilidades. Neste exemplo o auxiliar *must* expressa uma **modulação** do processo expresso na sentença – uma modulação em termos de obrigação. A modulação é definida, então, não como um comentário do falante, mas como parte do conteúdo da sentença que expressa condições sobre o processo a que ela se refere, como parte do significado ideacional da sentença.

O quadro do sistema de modalidade e modulação é, na verdade, mais indeterminado do que aponta Halliday, até porque o sistema não se reduz taxionomicamente à classe dos modais na qual se baseia sua análise. O ponto problemático de sua classificação reside no fato de nem sempre ser possível identificar claramente qual é a função da linguagem preponderante em um ato de fala. As modalidades estão dentro do componente interpessoal mas, ao mesmo tempo, estão orientadas no sentido do ideacional, uma vez que expressam um posicionamento do falante em relação ao conteúdo da oração. Por sua vez, as modulações representam uma parte do componente ideacional, entretanto orientada para o interpessoal, uma vez que "é o conteúdo interpretado ou filtrado pelo falante que está sendo expresso".

Em trabalho mais recente, Halliday (1985) abandona algumas das idéias desenvolvidas no trabalho de 1970. A modalidade passa a ser definida como uma área de significação intermediária às polaridades positiva e negativa.

Considerando que a sentença é organizada simultaneamente como mensagem e como evento de interação, Halliday estabelece uma primeira subdivisão da modalidade, relacionando a função da linguagem à forma da sentença. Quando a linguagem é usada nas funções de afirmação ou pergunta, a sentença toma a forma de uma proposição; ao exercer a função de ordem ou oferta, a sentença toma a forma de uma proposta.

Nas proposições, os significados dos pólos positivo e negativo são "afirmação" e "negação" e as possibilidades intermediárias são de dois tipos: a) graus de probabilidade e b) graus de habitualidade. É a esta escala de probabilidade e habitualidade que o termo **modalização** se aplica.

Nas propostas, os significados dos pólos positivo e negativo são "determinação" e "proibição" e as possibilidades intermediárias são estabelecidas considerando-se as funções das sentenças. Se a sentença é uma ordem, os pontos intermediários representam graus de obrigação. Em uma oferta, esses pontos intermediários representam graus de inclinação. Essas escalas de inclinação e obrigação são denominadas **modulação**.

A correlação entre os valores apresentados na lógica modal e o sistema modal descrito por Halliday é estabelecida pelo próprio autor, que afirma: "Na semântica filosófica, a modalização é referida como modalidade epistêmica e a modulação, como modalidade deôntica" (Halliday, 1985, p.336).

Ao abandonar a distinção das modalidades feita no trabalho de 1970, Halliday define todo o sistema de modalidade tomando a sentença como troca, como instrumento de interação. No entanto, como o próprio autor já havia observado anteriormente, "há uma região semântica na qual as duas funções, a ideacional e a interpessoal, se sobrepõem, aquela do comentário do falante sobre o conteúdo" (p.349). Sendo assim, o isolamento de funções da linguagem para uma análise desvinculada só é possível do ponto de vista metodológico. Na produção, todos os usos da língua são fundamentados em dois propósitos básicos: entender o ambiente (função ideacional) e influir sobre os outros (função interpessoal).

1.2. As modalidades na estrutura oracional em camadas segundo Dik e Hengeveld

A consideração de que a sentença é organizada simultaneamente como mensagem e como evento de interação parece ser a chave para o equacionamento funcional das

modalidades. Para explicar o comportamento da categoria qualificacional de modalidade, Hengeveld (1988, 1989) sugere uma representação em camadas da estrutura da oração. Essa representação considera que todo enunciado pode ser analisado em dois níveis: o representacional e o interpessoal. No nível representacional um estado de coisa é descrito de maneira tal que o receptor seja capaz de entender a que situação real ou hipotética se faz referência. Num nível interpessoal essa situação é apresentada de maneira tal que o receptor seja capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante. Dessa forma, o nível representacional diz respeito ao evento narrado e o nível interpessoal, ao evento da fala.

Nesta análise da frase, portanto, uma predicação preenche duas funções diferentes. Ela designa um estado de coisas num nível representacional e representa o conteúdo de um ato de fala num nível interpessoal. Para distinguir esses dois usos da predicação, Hengeveld usa o termo **predicação** para se referir à primeira das funções e o termo **proposição** para se referir à segunda função. A distinção entre essas funções será bastante útil para a identificação das modalidades, conforme veremos adiante. Antes, porém, será necessário expor resumidamente o sistema de descrição em camadas da estrutura frasal.

O caráter complexo do processo de modalização tem levado vários pesquisadores a considerar que somente uma representação da estrutura oracional em camadas permitiria um tratamento adequado para essa categoria qualificacional. Hengeveld (1989) e Dik (1989) propuseram um modelo de estrutura oracional em camadas que vem sendo adotada por vários outros funcionalistas. Segundo esse modelo, a construção de uma estrutura frasal requer, antes de tudo, um **predicado** que se aplique a um certo número de **termos**, resultando numa **predicação**. Os predicados designam propriedades ou relações, os termos indicam as entidades e as predicações designam um conjunto de estado-de-coisas (EC). Um EC é algo que pode ocorrer em algum mundo real ou imaginário e, como tal, pode ser localizado no tempo e no espaço, pode durar algum tempo e pode ser visto, ouvido ou mesmo percebido.

Uma predicação pode, ainda, ser construída em uma estrutura de ordem mais alta, a **proposição**, que designa um "conteúdo proposicional" ou um "fato possível". As proposições podem ser motivo de surpresa ou dúvida, podem ser mencionadas ou negadas, rejeitadas e lembradas e podem ser consideradas verdadeiras ou falsas. Finalmente, a proposição revestida de força ilocucionária constitui a **cláusula**, que corresponde a um ato de fala.

A cada nível de unidade estrutural corresponde um diferente tipo de unidade lingüística. O nível mais alto está estruturado com base em um esquema ilocucionário que especifica as relações entre um falante, um ouvinte e a mensagem comunicada ou conteúdo. O nível mais baixo é estruturado com base em um esquema de predicado que especifica uma propriedade de um indivíduo ou uma relação entre vários indivíduos. A partir do nível mais externo, este esquema indica que, dentro de um ato de fala, um conteúdo proposicional é comunicado, fazendo-se, dentro dele, referência a um estado de coisas do qual participam alguns indivíduos. Cada uma dessas unidades pode ser especificada por operadores e satélites que têm diferentes funções, de acordo com o nível a que se aplicam.

Admitindo, como tantos outros, que "as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o nome de 'modalidade' não parecem representar uma categoria semântica única e coerente", Hengeveld (1988, p.233) se esquivou de apresentar uma definição geral para essa categoria. Inspirado pelas idéias de Lyons (1977, caps. 15 e 16), Hengeveld estabelece distinções entre três tipos diferentes de modalidade, a saber: inerente, objetiva e epistemológica.

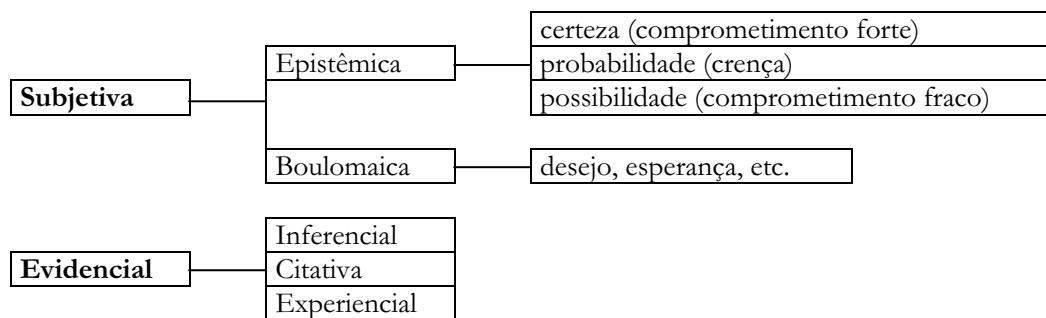
A modalidade **inerente** é definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante em um EC e a realização potencial desse EC" (Hengeveld, 1988, p.233). Por meio dessa modalidade são expressas as relações de

habilidade e volição. Dessa forma, afirma Hengeveld, "as distinções feitas dentro desse tipo de modalidade são internas ao EC e a única forma possível de dar expressão a essas distinções é o uso de um número limitado de predicados" (Hengeveld, 1988, p.234).

A modalidade **objetiva** é definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade de um EC em termos de seu conhecimento dos ECs possíveis" (1988, p.234). Hengeveld estabelece uma subdivisão da modalidade objetiva, considerando que o conhecimento no qual o falante baseia a sua avaliação do EC pode ser de dois tipos: i) conhecimento de situações possíveis obtidas na concepção da realidade ou de situações hipotéticas que o falante tem ou ii) conhecimento de situações possíveis relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais.

Desse modo, o conhecimento do falante sobre situações possíveis é o padrão para sua avaliação epistêmica ou deôntica de um EC, quer se leve em conta o conhecimento de tipo (i) ou o de tipo (ii), respectivamente.

Finalmente, a modalidade **epistemológica** foi definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição" (1988, p.234). Considerando que o grau de comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da proposição que ele apresenta para ser considerado está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação, Hengeveld estabeleceu as seguintes subdivisões da modalidade epistemológica:



A diferença básica entre modalidade subjetiva e modalidade objetiva reside no fato de a origem de uma proposição modalizada subjetivamente não poder ser questionada, uma vez que, ao modalizar subjetivamente uma proposição, o falante revela-se como a fonte da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida nessa predicação.

Na modalidade **subjetiva epistêmica**, o evento é um construto (pensamento, crença, fantasia) do próprio falante, que é a fonte da informação. É possível, também, que o falante revele-se como a fonte da informação ao expressar seus desejos e esperanças, indicando seu comprometimento "emocional" (modalidade **subjetiva boulomaica**). Dessa forma, diz Hengeveld (op. cit., p.239), a sentença é modalizada de duas maneiras: "o falante expressa seu desejo de que uma determinada situação se realize, enquanto, ao mesmo tempo, caracteriza essa situação como não-real. Portanto, em certo sentido, o falante cria um domínio a ser avaliado em termos de seu conhecimento".

Nos demais tipos de modalidade epistemológica, o falante, embora faça um julgamento sobre a informação contida na proposição, pode não se apresentar como a fonte dessa informação. Assim, na modalidade inferencial o evento é caracterizado como sendo inferido a partir de uma evidência, na modalidade citativa o evento é relatado a partir de uma outra fonte

e na modalidade experiencial o evento é caracterizado como sendo experienciado por uma fonte.

Lembrando que o nível interpessoal está relacionado àqueles meios lingüísticos usados pelo falante para evocar um certo efeito comunicativo no ouvinte e que o nível representacional está relacionado com aqueles meios lingüísticos usados pelo falante para fornecer ao ouvinte a descrição de um EC, parece-nos indiscutível que, dentro do quadro das modalidades estabelecido por Hengeveld, as modalidades inerente e objetiva se alojem no nível da predicação e a modalidade epistemológica, no nível da proposição, como se vê no Quadro 1, que resume a tipologia das modalidades apresentada por Hengeveld.

Quadro 1 – Tipologia das modalidades segundo Hengeveld

MODALIDADE	FUNÇÃO	NÍVEL	EXPRESSÃO
Inerente	Caracterizar a relação entre um participante e um EC	Interno ao EC	Predicados
Objetiva	Avaliar a realidade de um estado-de-coisas	Predicação	Predicados encaixadores e operadores
Epistemológica	Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixadores, operadores e satélites

A distinção das modalidades segundo a função que desempenham e, conseqüentemente, segundo o nível estrutural em que se inserem, parece ser um caminho bastante seguro para o estudo dessa categoria. No entanto, há ainda alguns pontos polêmicos que merecem discussão.

Considerando-se que na estrutura oracional em camadas as modalidades são especificadas em níveis de estruturação diferentes, é possível que uma mesma oração seja qualificada por mais de um tipo de modalidade, como se observa em "É certamente possível que ele venha hoje.", em que o modalizador objetivo **possível**, que diz respeito ao estatuto de realidade de um EC, toma em seu escopo uma predicação em sua função designadora de um EC, enquanto o modalizador subjetivo **certamente**, que expressa uma atitude proposicional, toma em seu escopo uma proposição na sua função representadora do conteúdo de um ato de fala.

Essa é, na verdade, uma das vantagens que o modelo oracional em camadas apresenta em relação ao modelo proposto por Halliday (1970). Apesar de os dois modelos reconhecerem as funções representacional (ou ideacional) e interpessoal, somente a estrutura oracional em camadas permite uma descrição integrada da oração organizada simultaneamente como mensagem e como evento de interação.

Com relação à tipologia, observa-se que as duas grandes áreas de valores modais, relacionadas ao eixo do conhecimento e ao eixo da conduta, são subdivididas por Hengeveld segundo o nível de estruturação da frase em que se inserem e segundo a função que desempenham. Observa-se que, enquanto a qualificação modal relacionada ao saber é definida nas camadas da proposição (ex.3) e da predicação (ex.4), a qualificação modal deôntica não ocupa a camada intermediária da proposição. A modalidade deôntica não está relacionada a uma avaliação do falante mas sim a uma ação do próprio falante ou de outros (ex.5)

- (3) **Creio** firmemente, Senhores Senadores e Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República. (C1)
- (4) **É possível** que, em algum outro governo, os poderes da República tenham desfrutado de igual independência e liberdade. (C4)
- (5) **É preciso** que haja, agora sim, entrosamento da organização local com a estadual e a federal para que nós possamos avançar. (H3)

Em (3), o modalizador epistêmico subjetivo *creer*, que expressa uma atitude proposicional, toma em seu escopo uma proposição na sua função representadora do conteúdo de um ato de fala. Em (4), o modalizador epistêmico objetivo *posível*, que diz respeito ao estatuto de realidade de um estado de coisas, toma em seu escopo uma predicação em sua função designadora de um estado de coisas. Ainda no nível da predicação, o falante expressa sua avaliação do estado de coisas como permitido, obrigatório ou proibido por meio da modalidade objetiva deôntica, como em (5).

Como aponta Lyons, o que (5) descreve não é o ato propriamente dito, mas o estado de coisas que será obtido se este ato em questão for realizado. A modalidade deôntica é sempre derivada de uma fonte ou causa: “Se X reconhece que é obrigado a realizar algum ato, então, geralmente, existe alguma coisa ou alguém que ele reconhecerá como sendo responsável pelo fato de X ter a obrigação de agir dessa forma” (Lyons, 1977, p.824). Este agente responsável pela ação de X pode ser uma pessoa, uma instituição ou um corpo de princípios morais e legais.

Para a subdivisão da modalização do eixo do conhecimento, além da função e do nível de estruturação da sentença, um outro critério é considerado: a fonte da informação a partir da qual o falante faz sua avaliação. Observa-se que Lyons (1977) e Palmer (1986) também consideraram a fonte da informação como critério classificatório, embora não haja uma equivalência entre os subtipos de modalidade estabelecidos.

No item 2 abaixo discutiremos a relação entre a fonte de informação, ou evidencialidade, e a classificação da modalidade epistêmica.

2. Modalidade epistêmica e evidencialidade

Vimos no item 1.2. que a consideração da modalização como uma qualificação objetiva ou subjetiva proposta por Lyons (1977) foi retomada por Hengeveld (1989). No entanto, a classificação resultante ainda é problemática. A modalidade epistêmica objetiva foi caracterizada em termos da avaliação que o falante faz do estatuto de realidade do EC designado por uma predicação. Para essa avaliação, o falante faz um cotejo entre o EC designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as "situações possíveis" ou "estados-de-mundo" (EM), na denominação de Hengeveld. "Se todos os EMs contiverem o EC designado por uma predicação, então o falante chegará à conclusão ‘certo’(…). Se apenas alguns ECs contiverem o EC que está sendo analisado, então o falante chegará à conclusão ‘possível’" (Hengeveld, 1988, p.235). Assim, o conhecimento que o falante possui sobre os EMs é o padrão para sua avaliação.

A modalidade subjetiva epistêmica foi caracterizada em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado. "Ao modalizar subjetivamente uma predicação, o falante revela-se como a origem da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida nessa predicação".

Que o escopo de cada uma dessas modalidades é diferente, parece-nos fora de dúvida. O próprio Hengeveld se encarrega de propor alguns testes para mostrar essa diferença. Assim,

a modalidade subjetiva, enquanto expressão de atitudes do falante, está localizada fora da proposição, razão pela qual, diz ele, não pode ser negada ou questionada. Além disso, as sentenças modalizadas subjetivamente estão fora do escopo do tempo; embora possam receber uma forma verbal do passado, essa forma não faz uma referência temporal, ela apenas expressa um grau menor de comprometimento por parte do falante.

Hengeveld, entretanto, procura atrelar a distinção entre as modalidades subjetiva e objetiva à classe de palavras que expressa cada uma dessas modalidades, considerando que os advérbios modais sempre dão expressão à modalidade subjetiva e os adjetivos modais, à modalidade objetiva. Essa mesma opinião foi defendida também por Bellert (1977), para quem os advérbios modais qualificam a verdade da proposição expressa no enunciado em que eles ocorrem e os adjetivos modais qualificam o estado-de-coisas referido pelo enunciado, sendo parte da proposição expressa pelo enunciado. Lang, em trabalho de 1979 (apud Nuyts, 1993), considera que os adjetivos modais pertencem à proposição e fazem referência a um elemento do mundo (o EC), enquanto os advérbios modais não fazem parte do significado proposicional, mas expressam a atitude do falante em relação à proposição.

Em artigo recente que trata exclusivamente dos advérbios e adjetivos epistêmicos, Nuyts (1993) procura demonstrar que, contrariamente ao que apregoa a literatura sobre o assunto, a escolha que o falante faz entre uma construção com adjetivo e uma com advérbio não é determinada por alguma diferença na semântica da qualificação modal, mas sim pela conjunção de três fatores: funcionalidade discursiva, performatividade e interação entre modalidade e evidencialidade.

Ao discutir a relação entre modalidade e evidencialidade, Nuyts questiona a distinção entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva estabelecida por Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Segundo Nuyts (1993, p.946), todo julgamento modal está baseado em uma evidência; o que pode variar é a qualidade da evidência que se tem, mas "sem evidência, nenhuma avaliação de um EC é possível – pode-se, então, simplesmente dizer que não se sabe".

Nuyts considera, portanto, que a evidencialidade é uma dimensão semântica hierarquicamente superior à modalidade. Desse modo, a fonte da evidência passa a ter importância fundamental para a distinção entre modalidade subjetiva e objetiva. Se o falante sugere que apenas ele conhece ou teve acesso à evidência a partir da qual conclui, ele assume uma responsabilidade estritamente pessoal para a qualificação modal. Por outro lado, se o falante sugere que a evidência é conhecida ou acessível a um grupo de pessoas que chegam todas à mesma conclusão e entre as quais se inclui, provavelmente, o ouvinte, ele assume uma responsabilidade partilhada com todos aqueles que tiveram acesso à evidência a partir da qual se estabeleceu a conclusão. Para fazer uma distinção entre a sua proposta e a concepção tradicional de subjetividade e objetividade, que julga "provavelmente errada ou, pelo menos, equivocada", Nuyts denomina a primeira qualificação **subjetiva** e a segunda, **intersubjetiva**.

A proposta de Nuyts coloca em questão a relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica. Duas tendências podem ser distinguidas na consideração dessa questão. A primeira, que considera os evidenciais como um tipo de modalizador epistêmico, pode ser representada pelo trabalho de Palmer (1986, p.151), para quem

o termo epistêmico deveria ser aplicado não só aos sistemas modais que envolvem basicamente as noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema modal que indique o grau de comprometimento do falante com relação ao que ele fala. Em particular, ele deveria incluir evidenciais tais como rumor [*hearsay*] ou relato [*report*] ou a evidência dos sentidos.

Segundo Palmer, uma das formas de o falante indicar o seu (des)comprometimento com a verdade da proposição é a indicação das evidências por meio das quais ele fez seu julgamento. Considerando que as evidências estão claramente relacionadas ao conhecimento e à crença dos falantes, Palmer considera insensato negar-lhes o rótulo de epistêmico. A mesma postura é assumida por Givón (1982), Hengeveld (1988, 1989) e por Bybee e Fleischman (1995, p.4), ao considerar que "a modalidade epistêmica pode ser vista como superpondo, ou mesmo englobando outra categoria gramatical, principalmente a evidencialidade".

A segunda tendência, que considera a qualificação evidencial como determinadora da qualificação epistêmica, é representada pelo trabalho de Nuyts discutido acima. Para esse autor, todo julgamento modal está baseado em uma evidência; o que pode variar é a qualidade da evidência que se tem. Ainda nessa obra, Nuyts afirma que o fato de as categorias de modalidade epistêmica e evidencialidade aparecerem fundidas nos trabalhos de Palmer, Hengeveld e outros representa uma etapa já distante, uma vez que essas categorias constituem duas dimensões semânticas diferentes: i) a qualificação epistêmica ou a avaliação do falante sobre a probabilidade de um EC, e ii) a qualificação evidencial ou a avaliação do falante sobre a natureza ou a qualidade da fonte de sua evidência.

No modelo oracional em camadas, assumir essa posição implica definir o escopo e a ordem hierárquica dessas qualificações. Se considerarmos, de acordo com Nuyts (1993), a qualificação evidencial como hierarquicamente superior à qualificação modal, a distinção entre subjetividade e objetividade (ou intersubjetividade) passa a ser discutida dentro do domínio evidencial. Desse modo, aponta Nuyts, seria desnecessário postular dois tipos diferentes de qualificação epistêmica, como foi feito em Hengeveld (1988). Parece-nos, entretanto, que as análises dos enunciados epistemicamente modalizados feitas por Hengeveld e Nuyts, ainda que de naturezas diferentes, não são excludentes.

A avaliação epistêmica é feita a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui. Ocorre, porém, que esse conjunto de informações (as evidências) pode ou não ser explicitado pelo falante, segundo as suas intenções comunicativas.

Como aponta Hoff (1986, apud Dendale e Tasmowski, 1994, p.2), os evidenciais ou os "meios de justificação" indicam que tipo de evidência está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado no qual eles estão inseridos. Assim, se o falante escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, ele oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação. A avaliação da verdade de uma proposição será feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção visual ou auditiva, uma inferência ou suposição do próprio falante.

O falante também pode optar por não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for do domínio comum ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que é um conhecimento compartilhado. Dessa forma, a qualificação epistêmica incide não sobre uma proposição, mas sobre um EC que é considerado certo ou possível segundo uma avaliação apresentada como independente da crença do falante.

Entrecruzando todas essas variáveis, equacionamos a avaliação epistêmica da seguinte forma:



Nessa proposta, apresentada em Hattner (1995), considerando a modalidade epistêmica como a expressão de uma avaliação feita pelo falante a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que esse falante possui, é possível descrevê-la, de uma maneira menos segmentada que aquela proposta por Hengeveld (1988), como uma categoria individualizada que se reveste de diferentes funções na situação de interação:

Ao qualificar epistemicamente uma **proposição**, o falante não só a avalia como certa ou possível mas também se posiciona com relação a essa avaliação. Nesse caso, é a função **interpessoal** da frase que está sendo encarecida. Ao qualificar epistemicamente um **estado-de-coisas**, o falante descreve esse estado-de-coisas como certo ou possível, sem contudo manifestar sua posição com relação a essa avaliação. E, nesse caso, é a função **representacional** da frase que está sendo encarecida. (Hattner, 1995, p.131)

A análise dos modalizadores presentes no *corpus* estudado por Hattner – discursos do ex-presidente Collor – mostrou que o uso mais freqüente das expressões modalizadoras apresenta uma somatória de elementos que promovem o mesmo efeito de sentido:

No nível da proposição, nível em que o comprometimento do falante é maior, a modalidade mais freqüente é a modalidade do certo, que, por sua vez, também indica uma maior adesão do falante; no nível da predicção, nível em que há um menor comprometimento do falante, a modalidade do possível é a mais freqüente, indicando uma dupla tentativa de diminuição de responsabilidade. (Hattner, 1995, p.106)

A análise das relações entre evidencialidade e modalidade interessa especialmente ao estudo da diluição de responsabilidade, entendida como uma estratégia discursiva que se realiza por meio de diferentes recursos lingüísticos. Um grande número de línguas codifica a distância do falante com relação ao enunciado que produz por meio de marcadores gramaticais de evidencialidade. Esse é o caso do japonês e de várias línguas indígenas americanas (cf., entre outros, Aoki, 1986; Barnes, 1984; Gordon, 1986; Broadwell, 1991 e Malone, 1988). Em outras línguas, como o inglês, o francês e o português, a indicação do grau de comprometimento do falante pode resultar de escolhas relacionadas ao modo e ao tempo verbal, à indicação de pessoa, ao emprego de modalizadores epistêmicos, à indicação de evidencialidade e ao próprio tipo de frase empregada.

Admitindo que uma das funções comunicativas da qualificação modal epistêmica é marcar a distância relativa em que o falante se coloca com relação ao enunciado que produz (Koch, 1986), e que a indicação da fonte do saber expresso pelo falante também é determinante do grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores, entendemos que uma

análise do processo de descomprometimento do falante só se completa com a análise das relações entre evidencialidade e modalidade.

II - Modalidade como fenômeno de gramaticalização

1. Gramaticalização: considerações gerais

O reconhecimento de processos que levam à gramaticalização exige que se considere que a gramática de uma língua é sempre emergente (Hopper 1991, 1996), ou seja, a concepção de que língua não é um sistema acabado, mas que está em constante transformação. Um exemplo desse dinamismo é a emergência de novas funções para formas já existentes na língua.

É consenso entre os estudiosos que abordam a gramaticalização (Bybee *et al.* 1994, Traugott 1989, Sweetser 1990, entre outros) que o domínio da modalidade constitui um campo extremamente fértil para estudo de processos de gramaticalização, em razão de ser comum em muitas línguas o surgimento de elementos modalizadores (mais gramaticais) a partir de itens lexicais ou mesmo de itens gramaticais da língua.

As mudanças que se operam no processo de gramaticalização não ocorrem de maneira abrupta, mas gradual. Essa noção de gradação, aliada ao critério da unidirecionalidade é crucial para se observarem os diferentes estágios de gramaticalização por que passa uma determinada forma. Baseado nesses critérios, Halliday (*apud* Heine *et al.* 1991) propôs a noção de *cline*, definido como o caminho natural do desenvolvimento das formas lingüísticas. Sincronicamente, o *cline* pode ser visto como uma espécie de *continuum*, ao longo do qual se verifica uma mudança.

A partir dessa idéia de Halliday, Heine e seus colaboradores propuseram o conceito de *cadeia de gramaticalização*, levando em conta que na passagem de um item de lexical a gramatical acontecem superposições de conceitos e de estruturas envolvidas. Essa cadeia diz respeito à estrutura interna de um canal de gramaticalização, que está relacionado às diferentes linhas de desenvolvimento de um mesmo conceito fonte. O canal compreende o ciclo que vai do ponto inicial (lexical ou menos gramatical) ao ponto final do processo (gramatical ou mais gramatical ainda).

De acordo com Hopper & Traugott (1993, p.7), embora muitos estudiosos da gramaticalização não concordem sobre quais pontos devem figurar num *cline*, a maioria concorda que esse *cline* existe e tem a seguinte configuração⁴.

Item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

O trajeto dos significados a que as formas se associam parte progressivamente do mais concreto para o mais abstrato. A esse respeito, Sweetser (1990, p. 49) menciona que os usos de formas lingüísticas de nível mais abstrato (domínio interno, emocional ou psicológico) têm origem no vocabulário do mundo sociofísico (domínio externo). Essa assertiva traduz o que, no processo de gramaticalização, se quer dizer pela passagem de um item do domínio lexical (de conteúdo pleno, geralmente concreto) para o domínio gramatical (relação conceptual abstrata). Nessa passagem do concreto para o abstrato, duas principais forças são atuantes: a metáfora e a metonímia.

⁴ Essa configuração representa mais especificamente um processo de morfologização, i.e., mudança de um item de lexical a afixo flexional. Para caracterizar um processo de gramaticalização, um item não tem necessariamente de percorrer todo o canal.

1.1. Motivações da gramaticalização

Os fatores que motivam a gramaticalização são, principalmente, de ordem cognitiva, e estão fortemente vinculados a estratégias de comunicação, entre as quais, a conjugação do desejo de ser expressivo com o “princípio da criatividade”. Para ser bem entendido e ter domínio na situação de comunicação, o falante cria novos instrumentos de comunicação, inovação que, baseada no “princípio da economia”, recruta velhas formas para novos propósitos

A abstratização metafórica envolvida no processo de gramaticalização permite observar como significados de domínios lexicais ou menos gramaticais são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais. A metaforização diz respeito à maneira como compreendemos e conceituamos o mundo que nos cerca. Neste sentido, coisas mais acessíveis são mais claramente estruturadas e delimitadas, menos abstratas do que as que estão mais distantes.

Segundo Heine *et al.* (1991), a metáfora envolvida na gramaticalização, diferentemente daquela relacionada às figuras de linguagem, seria motivada pragmaticamente. A partir dela não se formam novas expressões; predicções pré-existentes são introduzidas em novos contextos ou aplicadas a novas situações por meio da extensão de significados: é a “metáfora emergente”.

Tomando como referência a transformação de um verbo de ação (*to go*) para expressar tempo futuro no inglês, Heine *et al.* (1991, p.46) mostram algumas das propriedades de um processo metafórico envolvido na GR, quais sejam:

- a) envolve um significado que é reconhecido como “literal” e outro que é o “transferido” ou “metafórico”;
- b) envolve a transferência ou o mapeamento de um domínio conceitual em termos de outro. No caso em evidência, um domínio de movimento espacial é usado como um veículo metafórico para se referir a um domínio de tempo dêitico; a escolha do falante justifica-se porque um movimento concreto é mais facilmente palpável, identificável, do que um conceito de um domínio mais abstrato, como o do tempo, por exemplo;
- c) aparentemente envolve violação de regras e anomalias semânticas, como o caso de um verbo que tipicamente requer um sujeito humano vir a co-ocorrer com sujeito inanimado ou, ainda, espaço vir a codificar tempo, domínios semânticos diferentes;
- d) envolve conceitos que se associam ao mundo humano para referir-se a conceitos inanimados;
- e) em contextos específicos, a expressão metafórica pode também ser entendida no sentido literal, não transferido, o que resulta em ambigüidade, principalmente homonímica.

A observação dessas propriedades nos permite reconhecer que um conceito só é fonte em relação a outro conceito mais abstrato e pode ser visto como reflexo das experiências humanas mais elementares.

Quanto à origem, a metáfora emergente é considerada de natureza “categorial”. Esse sentido permite entender que o desenvolvimento das estruturas gramaticais pode ser descrito em termos de algumas categorias básicas e parte sempre, unidirecionalmente, do elemento à esquerda – mais concreto –, numa escala que tem a seguinte configuração:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

(Heine *et al.*, 1991, p.48)

Essas categorias da escala metafórica correlacionam-se a vários aspectos da estrutura das línguas, tais como as classes de palavras e os tipos de constituintes. Vinculam-se a determinado comportamento semântico-pragmático, e é provável que tenham uma base

modelada cognitivamente, como sugere a hierarquia de casos proposta por Givón (1984, *apud* Heine *et al.* 1991, p. 53-54). Os quadros a seguir ilustram o afirmado:

Quadro 2 – Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte.

CATEGORIA	CLASSE DE PALAVRAS	TIPO DE CONSTITUINTE
Pessoa	Nome humano	Sintagma nominal
Objeto	Nome concreto	Sintagma nominal
Atividade	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
Espaço	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
Tempo	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
Qualidade	Adjetivo, estado, verbo, advérbio	Modificador

Quadro 3 – Correlação entre categoria sintática, função discursiva e classe semântica.

CATEGORIA SINTÁTICA	FUNÇÃO DISCURSIVA	CLASSE SEMÂNTICA
Nome	Referenciação	(Físico) Objeto
Verbo	Predicação	(Física) Ação
Adjetivo	Modificação	(Física) Propriedade

Quadro 4 – Correlação entre caso e categoria prototípica⁵

FUNÇÃO DE CASO	CATEGORIA PROTOTÍPICA
Agente	Pessoa
Benefactivo	Pessoa
Dativo	Pessoa
Acusativo	Objeto
Locativo	Espaço
Instrumental e outros	Qualidade

A metáfora é somente um dos mecanismos desencadeadores do desenvolvimento de categorias gramaticais. O *continuum* de gramaticalização sugere também uma estruturação de natureza metonímica.

Para Lakoff & Johnson (1980), a metonímia, mais do que um instrumento retórico, tem uma função referencial, pois nos permite usar uma entidade em substituição a outra. Também funciona como um provedor de entendimento, ou seja, aponta mais especificamente aspectos do que está sendo referido.

Tais características demonstram que os conceitos metonímicos não são arbitrários, são sistematizados, fazem parte de nossos pensamentos, ações e fala e podem ser exemplificados, principalmente, através de relações de substituição “da parte pelo todo”, “do produtor pelo produto”, “do objeto usado pelo usuário”, “do controlador pelo controlado”, “da instituição pela pessoa responsável”, “do lugar pela instituição”, e assim por diante.

⁵Neves (1997, p.138), ao se referir a Givón (1984), observa que em relação a determinada categoria “o protótipo é o membro que ostenta maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes, e todos os demais membros devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo, ou seja, de acordo com a distância do *pico prototípico*”.

Os processos metonímicos respondem pelas conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma estrutura conceptual dada. Taylor (1989) direciona o entendimento da metonímia para além da visão tradicional, que não exige contigüidade entre as entidades – no sentido espacial – e que também não seja restrita a um ato de referência. A metonímia é vista, tal qual a metáfora, como uma categoria de extensão de significados, um processo fundamental de associação de significados baseado na contigüidade conceptual.

Traugott & König (1991, p.219) apontam três tipos de contigüidade inerentes aos processos metonímicos: (1) a “contigüidade na experiência socio-física ou cultural”, como a associação de comportamento com uma certa pessoa ou classe de pessoa; (2) a “contigüidade na expressão”, que muitas vezes resulta em elipse, como por exemplo, “*um quadro pintado por Picasso*” > “*um Picasso*” e o francês “*ne...pas* > *pas*”; e, (3) “a sinédoque ou contigüidade na relação parte pelo todo”.

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio “abduativo”, ou seja, o falante observa um determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que pode ser o mesmo caso. A abdução tem sido reconhecida como a base da percepção humana e o único tipo de raciocínio que pode fazer gerar novas idéias.

A abdução leva à reanálise, que modifica representações subjacentes – sem que haja alterações na estrutura superficial –, sejam estas semânticas, sintáticas ou morfológicas, e leva à mudança de regras. Um dos principais tipos de reanálise presentes na gramaticalização é a eliminação das fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais. Gramaticalização e reanálise, no entanto, são dois fenômenos independentes, pois nem sempre que a reanálise se instancia, uma categoria lexical muda para gramatical ou amplia um *status* gramatical pré-existente. A reanálise pode ocorrer, por exemplo, em um caso de lexicalização.

No quadro a seguir apresentamos os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia, mecanismos co-responsáveis pela gramaticalização.

Quadro 5 – Diferenças principais entre a atuação da metáfora e da metonímia.

METÁFORA	METONÍMIA
Representa membros de um domínio semântico em termos de outro	Indicia, aponta significados que estão implícitos
Especifica uma coisa, usualmente mais complexa, em termos de outra não presente no contexto	Especifica um significado em termos de outro que está presente, ainda que de forma não explícita no contexto
Opera por meio da analogia	Opera através da reanálise

1.2. Diacronia ou sincronia?

O estudo de processos de gramaticalização tanto pode ser feito diacronicamente como sincronicamente. Na análise diacrônica, investiga-se a origem das formas gramaticais e as características das mudanças que essas formas sofreram. Tais estudos são centrados principalmente na etimologia e na classificação das palavras.

Bybee *et al.* (1994), no estudo da imersão das categorias tempo, aspecto e modalidade em várias línguas, apresentam fortes argumentos para o empreendimento de uma abordagem diacrônica, quais sejam:

- a) aumento do poder explicativo da teoria lingüística;

- b) fatores cognitivos e comunicativos que subjazem o significado gramatical são mais claramente revelados à medida que as mudanças lingüísticas são explicitadas;
- c) a língua não permite uma organização estática do significado. Estudar somente um recorte sincrônico estreito não nos permite entender e explicar o alcance dos significados cobertos por um *gram* (morfema) particular;
- d) a razão mais importante é que as similaridades entre as línguas são mais facilmente observáveis de uma perspectiva diacrônica. Isto é, as generalizações são mais efetivas quando formuladas como generalizações sobre caminhos de desenvolvimento do que como generalizações sobre estados sincrônicos.

Na perspectiva sincrônica, é possível compreender a gramaticalização fundamentalmente como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático, a ser estudado do ponto de vista dos padrões fluidos do uso da linguagem, isto é, a partir dos contextos discursivos nos quais a gramaticalização ocorre.

Acreditamos assim na viabilidade de estudar a modalidade numa abordagem pancrônica, a partir da noção de “sincronia dinâmica”, na qual os dados históricos são utilizados visando a corroborar as evidências sincrônicas que estão representadas no *continuum* de GR.

2. Modalidade e gramaticalização

Após a descrição da modalidade à luz do funcionalismo, pretendemos esboçar uma proposta para o seu estudo dentro do quadro da gramaticalização, seguindo os postulados teóricos de Heine *et al.* (1991), Hopper (1991; 1996), Hopper & Traugott (1993), entre outros. Para além de uma simples descrição do processo de mudança, pretendemos ainda explicitar as motivações que embasam o domínio da modalidade. Isso nos pede que consideremos, nesse primeiro momento, as mudanças semânticas envolvidas no processo de gramaticalização que, num plano sincrônico, dão sustentação ao quadro tipológico da modalidade.

O que justifica essa escolha é a falta de estudos que atentem para os processos que sustentam os usos atuais de modalizadores, as possíveis relações existentes entre os diferentes tipos de modalidade, principalmente no que diz respeito aos esquemas conceituais envolvidos, e as motivações desencadeadoras de tais relações. Grande parte dos estudos realizados para o PB, nesta área, e que consideram a língua em uso (Castilho & Castilho 1996; Hattner 1995; Neves 1997, entre outros) descrevem as diferentes formas de manifestação da modalidade, sem uma preocupação com sua origem, salvo algumas pesquisas, de que temos conhecimento, que vêm sendo desenvolvidas dentro do panorama da gramaticalização (Galvão 1999; Gonçalves 1999). Assim, para um melhor entendimento da modalização, falta ainda acrescentar um quadro explanatório das origens dos modalizadores, no qual se possa assentar os estudos descritivos de base sincrônica.

Imbuídos desse espírito, a reflexão que aqui apresentaremos busca sustentação principalmente em Bybee *et al.* (1994) e em Sweetser (1990), trabalhos que se preocuparam com o estudo dos modalizadores de várias línguas e que nos parecem pertinentes para aplicação ao PB. Esses dois estudos são complementares entre si. O de Sweetser procura reconhecer os mecanismos cognitivos envolvidos nas mudanças semânticas em geral, dentre as quais, as compreendidas nos processos de gramaticalização, enquanto o de Bybee e seus colaboradores enfatiza os percursos históricos das mudanças semânticas envolvendo o trajeto de significados lexicais para significados gramaticais ou mais gramaticais. Dentre os percursos de mudanças investigados tanto por Sweetser quanto por Bybee *et al.* estão aqueles que levam ao aparecimento de elementos do domínio da modalidade a partir de itens lexicais pré-

existentes. Esta é a razão pela qual elegemos essas duas propostas para discutir e apresentar uma proposta de estudo da modalidade no PB, a partir do ponto de vista da gramaticalização.

Nossas discussões serão orientadas basicamente pelas seguintes questões, que esperamos ver respondidas nas seções a seguir: (a) uma vez que a direção da gramaticalização se dá do concreto para o abstrato, haveria, no domínio da modalidade, um sentido mais básico, concreto, do qual provém outros sentidos? (b) Se sim, como se explicaria essa extensão de sentidos ou generalização?

2.1. De deôntico a epistêmico

A concepção cognitivista da língua prevê que o sistema conceptual emerge das experiências humanas, servindo, portanto, de base para a semântica das línguas naturais. Podemos, assim, dizer que a atribuição de significado, em geral, deve-se em grande parte ao entendimento que temos do mundo, às nossas experiências. Disso decorre que significados pertencentes a um domínio mais abstrato desenvolvem-se da base conceptual de formas pertencentes a um domínio concreto.

Segundo esse modo de conceber a língua, é comum que haja uma tendência de transposição do vocabulário do mundo externo para o mundo interno. O que permite essa transposição é um sistema de metáfora pervasivo e coerentemente estruturado, cuja base conceitual é puramente de natureza cognitiva. Duas ressalvas devem ser feitas nesse ponto: (1) não é o caso de se pensar numa transposição pura e simples, mas no mapeamento de um domínio, com todas suas implicações semânticas, em termos do outro; (2) o mapeamento que é feito na direção *concreto* > *abstrato* não toma por base o “mundo real” objetivo, mas a percepção humana e o entendimento do mundo; traduzido pelas palavras de Sweetser, isso equivale a dizer que a relação entre a forma lingüística e a função reflete a estrutura conceptual humana e os princípios gerais da organização cognitiva, ou seja, o sistema lingüístico está intrinsecamente ligado ao resto da nossa natureza física e cognitiva. Não é apropriado, portanto, uma análise da língua que não leve em conta outras habilidades humanas.

Esse sistema metafórico – que permite entender uma coisa em termo de outra, sem pensar que as duas coisas são objetivamente as mesmas – pode ser usado para explicar muitas mudanças que ocorrem no sistema lingüístico tanto no plano diacrônico quanto no plano sincrônico. No plano diacrônico pode-se verificar o percurso de mudança, a partir de cada novo uso historicamente comprovado. Pode-se detectar o aparecimento temporal da forma primeira, reconhecer os usos polissêmicos e verificar o aparecimento da forma mais abstrata. No plano sincrônico verificamos a co-existência ou não desses usos concretos e abstratos.

Feitas essas breves observações, cabe-nos agora elucidar como, no plano da modalidade, ocorre a atuação metafórica, procurando estabelecer as relações existentes entre domínios semânticos aparentemente díspares: a modalidade deôntica (MD) e a modalidade epistêmica (ME).

A argumentação básica é a de que o uso dos modais apresentam uma extensão do sentido deôntico para o sentido epistêmico, fortemente motivada pelo sistema lingüístico envolvente. Essa asserção pode ser comprovada sobretudo pelo fato, amplamente atestado, de que em muitas línguas vários verbos modais apresentam ambigüidade de uso, o que não é diferente para o PB, quando vemos a atuação dos verbos *dever* e *poder*⁶, os quais podem atuar tanto deontica quanto epistemicamente, usos aos quais se pode atribuir o desenvolvimento de

⁶ Em razão do reduzido número de verbos modais no PB, como observa Neves (no prelo), estes, mais do que em outras línguas, apresentam-se altamente polissêmicos (possibilidade/permissão, necessidade/obrigação, aos quais se acrescentam habilidade, volição, intenção e predição).

significados não modais. Mas o que nos interessa, nesse momento, é justificar a passagem das leituras deônticas para a epistêmica⁷.

Os itens que codificam modalidade funcionam em níveis diferentes. Temos estabelecido que a abrangência da MD (ou de raiz) se aplica a eventos do mundo externo (sociofísico, eixo da conduta), enquanto a ME se aplica ao mundo interno (psicológico, eixo do conhecimento). Isso poderia levar a acreditar que se trata de significados altamente distintos (como observa Palmer, 1986), com pouco ou quase nada em comum.

Como primeiramente sugeriu Talmy (1981, 1988, *apud* Sweetser, 1990), e melhor desenvolveu Sweetser, pode ser verificado que o sentido conferido à MD é melhor entendido em termos de **dinâmica de forças**, ou seja, em termos do tratamento linguístico de forças e barreiras em geral, consideração que nos leva a atribuir a este domínio um caráter de mais concreto. Por exemplo, a *permissão* (que pode ser expressa por *poder*⁸) é uma forma de transpor uma barreira potencialmente presente, seja barreira física ou social. A *obrigação* (expressa por *dever*⁹) torna presente uma força atuante sobre o interlocutor, que podemos associar ao traço [+ controle] a que se refere Neves (no prelo). Forças e barreiras, então, são definidas como estruturas cognitivas pertencentes ao modo como experienciamos os eventos do mundo. Assim, a MD estaria assentada num nível mais básico, mais concreto.

Para o entendimento da ME originada da MD, temos de aplicar a análise da ME ao processo de argumentação do falante e não mais às forças que compelem o sujeito a uma ação (valor deôntico). Forças e barreiras passam então a ser entendidas como premissas do mundo mental (interno) e não mais do mundo social, já que que nenhum tipo de obstrução ou força existe nesse mundo. No mundo real, a força/barreira geralmente afeta uma vítima, mas no mundo da argumentação, nossas conclusões é que são compelidas [controladas] pelas forças das premissas (não por forças sociofísicas externas), que cuidam de contribuir com a certeza dentro do nosso mundo de crenças, ou seja, com a validação ou não do nosso conhecimento. Vejamos alguns exemplos traduzidos de Sweetser (1990), que ilustram essa passagem do deôntico para o epistêmico, por meio das formas ambíguas que expressam modalidade.

- (6) a. João *pode* ir (João não é impedido por qualquer autoridade de ir)
- b. João *pode* estar lá (Não se é impedido pelas premissas de concluir que João está lá)
- (7) a. Você *deve* estar em casa às dez. (A força direta da autoridade/obrigação te compele a estar em casa às dez).
- b. Você *deve* ter ficado em casa na noite passada. (As evidências/premissas disponíveis faz chegar à conclusão de que você ficou em casa)

Esses exemplos mostram o paralelismo existente entre os usos modais deônticos e os epistêmicos. Forças sociofísicas que atuam sobre um sujeito são consideradas análogas à força lógica aplicada a um conjunto de premissas, única coisa a que se pode aplicar uma força epistêmica. A conclusão resultante do raciocínio, manifestada por meio de um modal epistêmico, só pode ser uma conclusão do próprio falante, uma vez que a estrutura da dinâmica de força de processos argumentativos não é acessível a outras pessoas (por exemplo,

⁷Sweetser, comentando outros trabalhos, mostra que os modais do inglês tem origem em significados não modais, que passam a ser empregados para expressar MD e depois ME. Comenta ainda trabalhos em aquisição da linguagem que mostram que as crianças adquirem primeiramente os sentidos deônticos dos verbos modais; somente, mais tarde empregam o sentido epistêmico desses mesmos verbos.

⁸João já *pode* dirigir agora, porque completou 18 anos (permissão: transposição de barreira)

⁹João *deve* ir agora, porque sua mãe dorme enquanto ele não chegar (obrigação: força atuante)

ao interlocutor) que não o próprio falante. Isso equivale a dizer que, no processo de argumentação, a ME só pode ser imputada ao próprio falante que dela faz uso, obedecendo assim a um raciocínio lógico que lhe é próprio e que, nem sempre é acessível – o interlocutor pode ou não dele compartilhar. Assim é que podemos pensar o deslizamento metafórico do sentido deontico para o sentido epistêmico e, então, considerar o primeiro como o significado fonte para o segundo. Uma das razões para sustentar esse tipo de análise advém do fato de que os contrastes de certas manifestações deontica/epistêmica não se submetem a interpretações meramente pragmáticas, mas, ao contrário, a relações motivadamente polissêmicas. O mapeamento metafórico envolvido parece ser uma convenção lingüística: é fato, por exemplo, que a semântica de vários itens lexicais sustenta os sentidos deonticos e epistêmicos e essa polissemia é interlingüísticamente comum. O fato de em várias línguas haver sobreposição dos sentidos deonticos/epistêmicos sustenta, de certa forma, que há um mecanismo cognitivo operante que nos permite relacionar tais sentidos e deixar de vê-los como altamente distintos.

Embora essa análise privilegie mais aspectos de mudança semântica, ela é coerente com o paradigma da gramaticalização na medida em que sugere uma passagem do domínio sociofísico para o domínio interno (do concreto ao abstrato) e não a direção inversa. Respeita-se, assim, para além do plano diacrônico, um dos princípios básicos do processo de gramaticalização: o princípio da unidirecionalidade. Além disso, dessa análise pode se extrair a motivação que faz itens entrarem em processo de gramaticalização, tais como a explicação para usos polissêmicos, a mudança semântica, fenômenos que caracterizam o processo de gramaticalização de um item.

Outra sustentação para mostrarmos o sentido deontico como sendo o mais básico vem das bases diacrônicas oferecidas por Bybee *et al.* (1994).

Bybee e seus colaboradores observam que os processos de gramaticalização envolvendo modalizadores podem ter como formas fontes elementos pertencentes a domínios lexicais não modais, porém, na maioria dos casos, os itens fornecedores do material semântico-conceitual envolvido na mudança são modalizadores orientados para o agente, ou seja, os modalizadores deonticos. São essas extensões de significado intra-domínio que pretendemos discutir. Como sugerem os autores, tal constatação parte do entendimento de que a categoria modal seria melhor vista como um conjunto de funções relacionadas diacronicamente, o que sugere um entendimento real da modalidade emergindo de um estudo diacrônico.

A discussão de Bybee *et al.* (1994) abrange o significado gramatical nos domínios da modalidade em termos de sua progressão sob certos percursos diacrônicos. O objetivo é estabelecer os percursos do desenvolvimento das noções de modalidade, e tentar determinar por que tais significados gramaticais particulares surgem nesse domínio.

Como objeto de análise estão os *grams* (morfemas) com uso tradicionalmente associados à modalidade, indicadores de obrigação, probabilidade e possibilidade.

Os autores distinguem quatro tipos de modalidade: a orientada para o agente (MOA), a orientada para o falante (MOF), a epistêmica (ME) e os modos de subordinada (MS)¹⁰. Para melhor delimitação do objeto de discussão, trataremos aqui apenas das relações passadas entre os domínios da MOA e da ME.

A MOA anuncia a existência de condições internas e externas sobre o agente com relação ao complemento da ação expressa no predicado principal. É parte do conteúdo proposicional da cláusula. Para esses autores, esses sentidos modais são fontes diacrônicas de

¹⁰ Os mesmos modos empregados para a MOF e ME são muitas vezes empregados para certos tipos de orações subordinadas (p.ex., subjuntivo para verbos como querer, mandar na oração matriz).

muitos sentidos que se qualificam como modalidade. Atestam essa hipótese, valendo-se da análise contrastiva de dados pertencentes a setenta e seis línguas diferentes. As noções semânticas mais específicas nesse domínio são: *obrigação*, que anuncia a existência de condições sociais externas que compelem um agente a completar a ação predicada; *necessidade*, que se refere a condições físicas que compelem um agente a completar a ação predicada; *habilidade*, que se refere a condições internas de habilidade no agente com relação à ação predicada; *desejo*, que expressa condições internas de volição no agente, com relação à ação predicada.

Esses sentidos mais específicos podem generalizar-se no tempo para expressar significados mais amplos que são, entretanto, orientados para o agente (MOA), no sentido de que eles anunciam condições que regem o agente: *habilidade* generaliza a *possibilidade de raiz*, que anuncia condições gerais de *permissão* e não está restrita a condições internas de *habilidade*, mas também anuncia condições gerais internas, condições físicas e sociais; outros usos subjetivos da MOA criam a obrigação ou garantem a permissão.

A ME aplica-se a asserções e indica o grau em que o falante está comprometido com a verdade da proposição. As noções semânticas desse domínio são: *possibilidade*, que indica a possibilidade de a proposição ser verdadeira; *probabilidade*, que indica uma probabilidade da verdade da proposição, tanto quanto isso seja possível.

Para Bybee *et al.* (1994), o desenvolvimento de MOA de *obrigação* para ME tem como fontes lexicais itens que se referem explicitamente a conceitos relacionados a obrigação (dever, sustentar, tolerar).

Quanto às noções de *habilidade* e *possibilidade de raiz*, cujos limites entre si são imprecisos¹¹, os estudos diacrônicos mostram como fontes lexicais para habilidade significado de verbos como “saber/conhecer”, verbos auxiliares dinâmicos e télicos de vários tipos (de movimento, de manuseio etc), expressões perfectivas (se o fato se completou com sucesso implica demonstração de *habilidade*).

O trajeto de *habilidade*, *possibilidade de raiz* e *permissão* tem como elementos de origem verbos como “saber” – habilidade mental – ou “poder” – de habilidade física¹². Bybee *et al.* (1994) utilizam-se do percurso de generalização semântica do auxiliar *can*, no inglês, para mostrar os estágios dessa generalização:

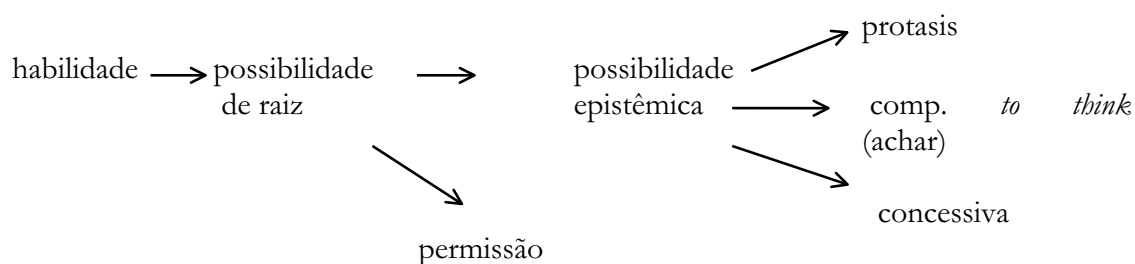
- (i) existem condições de habilidade mental no agente.
- (ii) existem condições de habilidade no agente.
- (iii) existem condições de habilidade.

A transição *habilidade mental* > *habilidade geral* é explicável pelo fato de que muitas atividades que requerem habilidade mental também requerem alguma habilidade física, o que permite que *can* seja usado para ambos os tipos. Assim, a idéia de que *can* predica somente habilidade mental aos poucos se perde. O ponto (iii) na progressão é a generalização de *habilidade* para *possibilidade de raiz*. Neste ponto, pode também ser detectada perda de traços específicos de significado: o componente que requer que as condições de habilidade estejam em um agente. Uma vez que as condições de habilidade para um agente executar uma ação não dependem unicamente dele, mas também do mundo externo, *can* pode ser usado tanto num caso como no outro. Assim *can* se generaliza para expressar todos os tipos de habilidade.

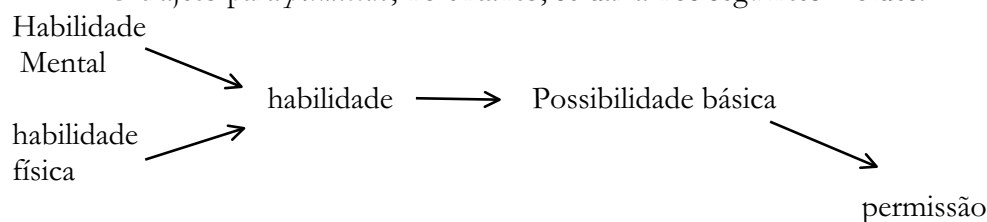
O trajeto de desenvolvimento a partir da *habilidade* seria o seguinte:

¹¹ João *pode* falar Inglês [tem habilidade ou permissão para tal]

¹² Eu *posso* cozinhar [habilidade (saber), possibilidade, permissão]



O trajeto para *permissão*, no entanto, se daria nos seguintes moldes:



A análise contrastiva dos trajetos históricos desses significados leva à assunção de que o sentido orientado para o agente é anterior ao sentido epistêmico, mas sugere também que a MOA tem múltiplos caminhos de desenvolvimento. A proposta é que o desenvolvimento dos sentidos epistêmico e orientado para o falante são independentes. No entanto, no que respeita à força do sentido epistêmico expressa por um modal, tudo indica que está diretamente relacionada à força do sentido orientado para o agente, do qual ele deriva. O sistema modal inglês é exemplo representativo dessa força e de sua gradualidade.

Orientado para o agente	Epistêmico	Modal
Obrigação forte (<i>Eu devo ir</i>)	> certeza inferida (<i>Ele deve estar em casa.</i>)	<i>must</i>
Obrigação fraca (<i>Ele deveria levar todas essas jóias?</i>)	> probabilidade (<i>Talvez nós conheçamos alguém de l�.</i>)	<i>should</i>
Habilidade (<i>Eu posso escrever com a mão esquerda.</i>)	> possibilidade (<i>Ele pode estar doente</i>)	<i>may</i>

A perspectiva histórica mostra, assim, que a MD   fornecedora dos recursos semânticos para o desenvolvimento regular de mudanç as em direção   ME, o que indicia a previsibilidade e a universalidade de princípios semânticos gerais explicativos da extensão de sentido que se d  em processos de gramaticalização, e impulsionam sugestões de respostas à segunda parte de nossa questão.

Bybee et al., questionando-se sobre como as mudanç as de significados na gramaticalização acontecem na mente do falante enquanto ele usa a língua, chegam ao entendimento de que processos cognitivos e psicológicos que dão sustentac o   linguagem seriam destacados pela descoberta de mecanismos de mudanç a que produzem a gramática. Assim, a natureza das escalas de cadeias de gramaticalização examinadas fornece evidências para o reconhecimento de, pelo menos, cinco mecanismos de mudanç as atuantes, a saber: *extensão metafórica*, *inferência* ou *convencionalizaç o de implicatura*, *generalização*, *harmonia* e *absorção*. No desenvolvimento de modalizadores, no entanto, somente os três primeiros teriam atuação direta.

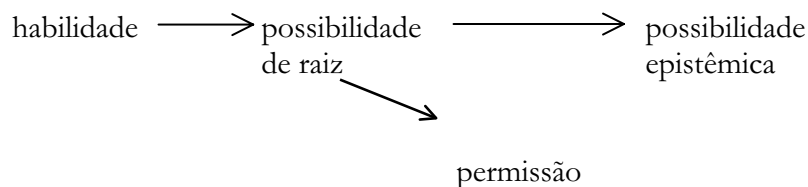
A **extensão metafórica** se dá quando um significado concreto   estendido para um domínio mais abstrato, preservando-se, porém, algo da estrutura relacional originalmente

expressa. Diferentemente de outros estudiosos (Sweetser 1990, Heine *et al.* 1991, Hopper & Traugott 1993) que vêem a metáfora como o principal mecanismo atuante no processos de gramaticalização, Bybee *et al.* (1994) reconhecem a atuação metafórica somente nos primeiros passos da trajetória, quando ainda há um traço lexical no *continuum*. Ela atuaria no estágio polissêmico, que Sweetser (1990) reconhece como imprescindível para que a mudança se instaure.

Para se estabelecer o mecanismo de mudança de determinada forma deve-se partir do exame do modo como a forma é usada no ponto em que o novo uso está se desenvolvendo. Assim, uma **inferência** só pode ser tomada como parte do significado de uma forma se houver muitas situações em que a inferência esteja presente para os usuários de uma língua.

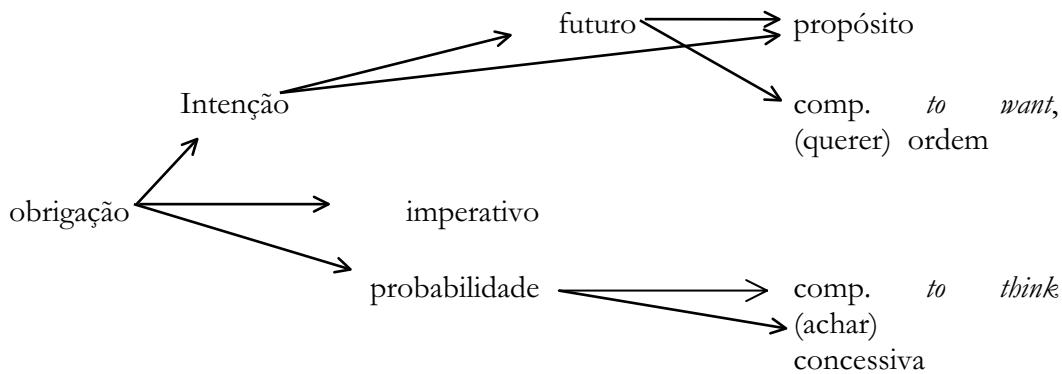
Na atuação da metáfora, segundo esses autores, não há necessariamente progressão no significado; a mudança pode se dar de maneira abrupta. A questão é procurar evidências para como o significado surge. Por outro lado, há muitos significados de *possibilidade de raiz* que implicam um significado de *possibilidade epistêmica*. Isso equivaleria a dizer que, em um número de casos, o ouvinte é autorizado a conferir (inferir) um sentido de possibilidade epistêmica ao sentido de possibilidade básica literalmente expresso. Essa freqüência sugere que o mecanismo inferencial está altamente envolvido na mudança rumo ao significado epistêmico.

A mudança *significado orientado para o agente > significado epistêmico* envolve uma mudança de escopo. O MOA é parte do conteúdo proposicional da cláusula e serve para relacionar o agente ao predicado principal. A ME, por outro lado, é externa ao conteúdo proposicional da cláusula e tem toda a proposição como escopo. Bybee *et al.* notam que, em determinadas cláusulas, um modal assinalando *habilidade* não seria capaz de ocorrer, o que implica que a mudança de *habilidade* para *possibilidade de raiz* é uma pré-condição necessária para o desenvolvimento de *possibilidade epistêmica*. O trajeto que resulta a *possibilidade epistêmica* é o seguinte:



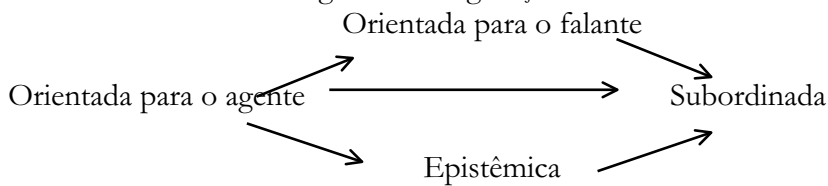
Quanto aos marcadores de *obrigação* com significados epistêmicos, eles surgem em diferentes contextos, o que sugere diferentes mecanismos de mudança.

Bybee *et al.* (1994), usando como exemplo os modais *should* e *must* do inglês, concluem que, em relação ao *should*, o sentido de *obrigação* implica o sentido da *probabilidade*, sugerindo que um mecanismo inferencial pode estar operando ou ter operado nesse domínio. Em relação ao *must*, ao contrário, contextos que têm leitura de obrigação e os que têm leitura de probabilidade são mutuamente exclusivos; e mais, o sentido de obrigação não implica certeza inferida. Isso sugere fortemente que a fonte para o sentido epistêmico é metafórica. O trajeto de desenvolvimento a partir de obrigação seria o seguinte:



Mudanças metafóricas envolveriam, então, mudança para um domínio diferente – da obrigação social e da necessidade física para o domínio epistêmico, que retrata a condição necessária sobre a qual uma proposição pode ser verdadeira. Isso leva esses autores a suspeitarem que a extensão metafórica se dá mais com palavras ou frases que são menos gramaticalizadas.

Por fim, em termos de relações intra-domínio da modalidade, o trajeto de desenvolvimento teria a seguinte configuração:



2.2. De epistêmico a evidencial: perspectivas

Como já apontado nas partes iniciais deste trabalho, a literatura lingüística não dispõe ainda de um quadro claro sobre a manifestação da evidencialidade, o que, possivelmente, tem levado diversos autores (Bybee *et al.* 1994, Palmer 1986, entre outros) a considerar esse tipo de manifestação como um tipo de modalidade epistêmica. Diferentemente desses autores, entendemos que os valores evidenciais e os epistêmicos pertencem a domínios diferentes, aquele, hierarquicamente superior a este. Entretanto, é possível antever, por meio de um exercício de análise, em (8) e (9) abaixo, que na passagem *epistêmico* > *evidencial*, haja um momento de sobreposição desses conceitos, ou seja, devemos considerar que haja manifestações epistêmicas baseadas em evidências (MEE_v) e manifestações puramente evidenciais (EV), que não envolvem, necessariamente, uma avaliação do falante acerca do que ele assevera na proposição.

Essa consideração nos levaria a investigar, para o domínio da modalidade, a existência de um *cline* com a seguinte configuração: **MD > ME > MEE_v > EV**.

(8) Aspectos gerais da gramaticalização de *achar* e *parecer*.

	CONTIN UUM	FUNÇÃO	CONFIGURA ÇÃO SINTÁTICA	EXEMPLOS ¹
FORMA FONTE	Achar ₁	predicad o	[SN] V [SN]	1) [Eles] não acham [um campo de trabalho] aí fora
	Parecer ₁		[SN] V [SN/SP]	2) [O menino] <i>vai parecer</i> [(com) o pai] quando crescer
USO AMBÍGUO	Achar ₂	predicado/ operador	[SN] V $\left[\begin{matrix} SA \\ S \end{matrix} \right]^3$	3) [Eu] acho [Maria cansada] (sempre que chego)
	Parecer ₂			3a) [que Maria está cansada]
FORMA ALVO	Achar ₃	operador (modalizador epistêmico)	(SN _{tópico})V [S]	4) [A cidade] parece [bairro]
	Parecer ₃			4a) [que é bairro]
	Achar ₄	Satélite (parentético epistêmico advverbial)	(V) S (V) (S)	5) (esse tipo) acho [que já se diluiu]
	Parecer ₄			5a) Acho [que esse tipo já ...]
				6) (A mulher) parece que está tomando um lugar bem positivo
				6a) Parece que [a mulher está tomando ...]
				7) Até que eu compro bastante coisa ... eu acho
				8) eu acho éh éh estamos vendo...a tentativa de um cinema mais expressivo
				9) nesse tempo meu genro era ... vereador parece
				10) nessa época agora estão voltando parece com a ópera rock

¹ A exceção dos exemplos (2) e (3), extraídos de *corpus* não sistematizado, os demais integram as amostras de fala do Projeto NURC/SP (D2);

² Achar: Do lat. *afflare* (*soprar, cheirar, descobrir a caça pelo cheiro*) > achar₁. Parecer: Do lat. *pareocere* (semelhar) > parecer₁;

³ Os constituintes entre colchetes são mutuamente exclusivos.

(9) A relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade

Definição		Nível	Função	Forma	Exemplos
Expressar valores de permissão, obrigação e volição que envolvem algum tipo de controle extrínseco sobre os eventos	MD	predicação	Operadores π_2	auxiliares	FHC deve buscar uma solução para a crise
Expressar o estatuto de realidade de um estado-de-coisas	ME	predicação	Operadores π_2	auxiliares	FHC deve buscar uma solução para a crise
			Predicados encaixadores	adjetivos	É possível que FHC busque uma solução para a crise
Expressar comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	ME	proposição	Predicados Encaixadores	nomes	Tenho a impressão de que FHC buscará uma solução para a crise
	ME			adjetivos	Estou certo de que FHC buscará uma solução para a crise
	MEE v			Verbos	Acho que FHC buscará uma solução para a crise Parece que FHC buscará uma solução para a crise
	MEE v			Satélites π_3	Advérbios
Indicar a fonte do saber a partir da qual o falante faz sua avaliação	EV	Constituintes extra-frasais	Predicados encaixadores	Verbos	Dizem que FHC buscará uma solução para a crise A Folha diz que FHC buscará uma solução para a crise
	EV				

ME: Modalidade Epistêmica; MD: Modalidade Deontica; MEEv: Modalidade Epistêmica + Evidencial; EV: Evidencial

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AOKI, H. Evidentials in Japanese. In: CHAFE, W. , NICHOLS, J. (Ed.) *Evidentiality: The Linguistics Coding of Epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986, p.223-38.
- BARNES, J. Evidentials in the Tuyuca verb. *International Journal of American Linguistics*, v.50, p.255-71, 1984.

- BELLERT, I. On semantic and distributional properties of sentential adverbs. *Linguistic Inquiry*, v.8, n. 2, 1977.
- BROADWELL, G. A. Speaker and Self in Choctaw. *International Journal of American Linguistics*. v. 57, p.411-25, 1991.
- BYBEE, J., FLEISCHMAN, S. (eds.) *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CASTILHO, A.T. & CASTILHO, C. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.) *Gramática do Português falado*. v.2, 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, p.213-260, 1996.
- DENDALE, P., TASMOWSKI, L. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. *Language*, 1994.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar* Dordrecht: Foris, 1989.
- GALVÃO, V.C.C. *O 'achar' no Português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- GIVÓN, T. Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, no. 6, v.1, p. 23-49, 1982.
- GONÇALVES, S.C.L. *Gramaticalização do verbo 'parecer'*. São José do Rio Preto: UNESP, 1999. (Mimeogr.)
- GORDON, L. The Development of Evidentials in Maricopa. In: CHAFE, W. , NICHOLS, J. (Ed.) *Evidentiality: The Linguistics Coding of Epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986, p. 75-88.
- HAIMAN, J. *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company. 1985
- HALLIDAY, M. A. K. Functional Diversity in Language as Seen from a Consideration of Modality and Mood in English. *Foundations of Language*, v. 6, p.322-61. 1970
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold. 1985.
- HATTNER, M. M. D. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 163p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.
- HEINE, B., CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F . *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press. 1991.
- HENGEVELD, K. (1988). Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *J. Semantics*, v. 6, p.227-69.
- HENGEVELD, K. (1989). Layers and operators in Functional Grammar. *J. Linguistics*, **25**, p.127-57.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v.1., Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p.17-35, 1991.

- _____. Some recent trends in grammaticalization. *Annu. Rev. Anthropol.*, v. 25, p. 217-236, 1996.
- HOPPER, P., TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOCH, I.G.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1986.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago. The University of Chicago Press, 1980.
- LYONS, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, v.2.
- MALONE, T. The Origin and Development of Tuyuca Evidentials. *International Journal of American Linguistics*. v.54, 2, p.119-40, 1988.
- NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M.H.M. A modalidade: um estudo de base funcional na língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*. (no prelo)
- PALMER, F. R. (1986). *Mood and Modality*. Cambridge. Cambridge University Press.
- SWEETSER, E. *From Etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- TRAUGOTT, E.C. On the rise epistemic meanings in English: na example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, n. 1 1989.
- TRAUGOTT, E.C., KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth, HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. v.1., Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p.189-218, 1991.